

Abi-Ackel volta atrás e quer ^{Eleições} DF votando

O ministro da Justiça Imbrain Abi-Ackel, reafirmou ontem, diante de toda a diretoria da Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF), tudo aquilo que o jornal **Voz do Advogado**, da OAB, havia lhe atribuído e que ele próprio, no dia seguinte da circulação do jornal, negara à imprensa: ser favorável à representação política para o Distrito Federal no Congresso Nacional.

O ministro aceitou também o convite da ACDF para debater no auditório da entidade, no próximo dia 15 de abril, a formação de uma sociedade brasileira, onde será abordada a representação política que Abi-Ackel considera como um dos pontos que deveria ser endossado pelo partido do governo, o PDS.

Segundo o presidente da ACDF, Lindberg Azziz Cury, o ministro não concorda com a instalação de uma Câmara de Vereadores no Distrito Federal por que isso irá modificar o plano básico da cidade. Mas ele considera Brasília num estágio maduro para eleger seus representantes, prin-

cipalmente, porque aqui se concentra cerca de 1 milhão e trezentos mil eleitores, significando uma porcentagem bastante alta dos que podem votar no país.

SENSIVEL

A ACDF decidiu manter este primeiro contato com o ministro da Justiça acreditando que ele, mesmo depois de ter negado suas primeiras afirmações à imprensa, se mostrara sensível ao tema. Além disso, a entidade crê que se o momento é de abertura política nada mais coerente que este assunto seja discutido com o próprio governo.

Durante as conversações com o ministro Abi-Ackel, Azziz Cury relatou a campanha desenvolvida pela ACDF em torno da representação política no DF. Discutiu com ele as proposições retiradas no simpósio da ACDF, realizado em 1977, onde a favor de eleições na Câmara e no Senado, mas contrários a instalações de uma Câmara de Vereadores e favoráveis a indicação do

governador pelo presidente da República, na forma que acontece hoje.

DESMENTIDO

Na entrevista concedida ao **Jornal Voz do Advogado**, o ministro Abi-Ackel mostrou-se favorável a representação política para Brasília. Sem detalhar sua posição, ele manifestou-se, favorável a representação a nível do Congresso Nacional, da mesma forma em que ontem posicionou-se frente a indagação da ACDF. No entanto, no dia seguinte a publicação nos jornais, o ministro em entrevista coletiva voltou a discutir o assunto, negando por três vezes, que havia declarado ao jornal da OAB, sua posição sobre a representatividade para o Distrito Federal.

O apoio de um dos principais assessores do presidente da República a idéia da representatividade política para o Distrito Federal vem de encontro a uma das principais aspirações dos brasilienses e é parte de uma longa luta pelo direito de voto sustentada nos últimos anos pelas principais entidades locais em diferentes manifestações públicas.